



**TC NÃO É POLÍTICO** Mafalda Morbey, sub-directora da secção regional do Tribunal de Contas, destacou que o TC não é "uma instância de apuramento de responsabilidades políticas".



**CRIME PÚBLICO** O bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingos Azevedo, encerrou a conferência recordando que ocultar dívida é "um crime público" que deve ser punido.



**JUROS CHEGAM A 50% O** presidente da câmara de Machico Ricardo Franco, deu o exemplo de uma obra de 140 mil euros, com mais de 70 mil de juros de mora por pagar.

**DÍVIDA** Em São Vicente, foi encontrada mais dívida do que aquele que estava inicialmente contabilizada. Uma situação que foi contrariada com um esforço de redução do endividamento.



# UMA GOTA NAS DÍVIDAS

**JORGE FREITAS SOUSA**  
jfsousa@dnoticias.pt

A dívida global das autarquias da Madeira era, em 2013, de 229 milhões de euros que correspondiam a uma média de 876 euros por habitante, superior aos 774 euros por habitante de média nacional. A dívida global dos 308 municípios portugueses é de 8.000 milhões de euros.

Tendo em conta que a dívida da Região - a conhecida até ao momento - é de 6.500 milhões, é fácil concluir que as 11 autarquias representam, apenas, 3,5% dessa volume de endividamento regional. Uma gota de água no 'calote' da administração pública regional, mas que não impede que os municípios estejam obrigados a restrições orçamentais e exigências legais muito superiores ao que os governos, regional e da República, cumprem.

Esta é a uma das conclusões a que se chega depois da apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2013 que foi apresentado, ontem, no Hotel Vidamar, numa conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela TSF-Madeira.

**Seis câmaras pisam o risco**

Machico, Ribeira Brava, São Vicente, Santa Cruz, Santana e Calheta, são as seis câmaras da Região que ultrapassaram os 150%, na relação entre a dívida e a média das receitas dos últimos três anos e que, na prática, não estarão a cumprir a legislação sobre endividamento municipal. Este foi um dos dados destacados na apresentação do anuário, por João Carvalho, coordenador do trabalho.

Entre outros pontos positivos, destacou o facto de a maioria dos 308 municípios portugueses terem conseguido melhorar a sua situação financeira, reduzindo o peso da dívida e o prazo de pagamentos. No entanto, ainda há situações graves. Na Madeira, a Ribeira Brava é um dos casos mais negativos.

O recurso ao Programa de Apoio à Economia Local permitiu redu-



Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e TSF-Madeira organizaram conferência sobre as finanças dos municípios. FOTOS JOANA SOUSA/ASPRESS

zir, substancialmente, o prazo de pagamentos de dívidas, com Câmara de Lobos e o Funchal a apresentarem melhores resultados.

O Porto Santo foi um dos municípios portugueses que mais reduziram o prazo de pagamento que, há dois anos, era superior a 2.000 dias. Hoje, está acima dos 600 dias, um valor ainda exagerado mas que tem tendência a baixar.

**"Legalidade estrita" preocupa**

"Seja a nível nacional, regional ou local, devemos todos ter presente que a realização da despesa pública visa promover a satisfação do bem-estar das populações. Ora, frequentemente, somos tentados a desviar essa discussão para uma óptica de legalidade estrita que pode suscitar, a final, dificuldades na concretização daquele objectivo". Foi assim

**DÍVIDA DAS CÂMARAS É DE 229 MILHÕES, UMA 'GOTA' NOS 6.500 MILHÕES DA DÍVIDA REGIONAL**

que o Representante da República se dirigiu aos participantes na conferência "A Política, os Políticos e a gestão dos dinheiros públicos".

Ireneu Barreto, que discursou na sessão de abertura, recordou os problemas que atingiram os municípios portugueses e, particularmente, os regionais, nomeadamente as imposições da 'troika', o endividamento e o recurso ao PAEL e as catástrofes naturais.

"Os dinheiros públicos são de todos e a sua utilização deve respeitar os princípios da economia, eficiência e eficácia, além, naturalmente, do respeito pelo princípio da legalidade", afirma Ireneu Barreto que no entanto afirma que "no momento de verificar a actuação do poder político, o exame do respeito pela legalidade formal pode não ser suficiente".

O Representante da República sublinha que "os cidadãos estão preocupados em saber se a lei foi cumprida nos gastos públicos, mas também se tais gastos foram razoáveis face aos objectivos".

Depois da sessão de abertura e da apresentação do Anuário Financeiros dos Municípios teve lugar um debate com quatro autarcas madeirenses, todos eles 'estrelas' à frente das respectivas autarquias.

**Juros de mora e surpresas**

Pedro Coelho (Câmara de Lobos), Ricardo Franco (Machico), José António Garcês (São Vicente) e Teófilo Cunha (Santana) foram os quatro presidentes de câmara que participaram no debate.

José António Garcês começou por referir que as contas do seu município "infelizmente, são reais"



**100 MILHÕES** Filipe Sousa bem queria que fosse verdadeira a verba de 100 milhões do PAEL, para Santa Cruz, referida por um dos apresentadores dos anuários. Na verdade são só 10 milhões.

**PONTA DO SOL** Um dos municípios da Região em melhor situação financeira é a Ponta do Sol que está no top-40 dos municípios mais pequenos e tem resultados positivos em diversos itens. Na Região, a Ponta do Sol é a autarquia que apresenta a melhor eficiência financeira, nos últimos anos.



**CASA CHEIA** Diversos autarcas, além dos participantes no debate, assistiram à conferência, entre presidentes de câmara e vereadores. Os técnicos de contas também não faltaram.



# DAS

# Garcês lembra às câmaras pedidos de obras às sociedades

e referiu a existência de cerca mais de quatro milhões de euros que estavam por contabilizar. Desde que tomou posse, o presidente da câmara de São Vicente já conseguiu reduzir a dívida. Mais de um milhão de juros de mora são outro dos grandes problemas.

Em Machico Ricardo Franco aponta muitas dívidas 'surpresa' que surgiram logo após a tomada de posse e que obrigaram a pedir a intervenção do Ministério Público.

"Tudo isto tem a ver com a irresponsabilidade do Governo Regional quando faz contratos-programa e transfere as verbas tarde a más horas e as câmaras pagam valores enormes em juros de mora", afirma. Ricardo Franco diz que, hoje, "ser autarca é um acto de auto-flagelação". Machico é uma das câmaras mais endividadas da Região, com uma relação de 209% entre as receitas e a dívida.

As contas de Câmara de Lobos deixam Pedro Coelho "satisfeito", porque são positivas, mas o presidente da câmara alerta para a situação que vivem os autarcas perante a legislação actual, muito mais restritiva, que impede o funcionamento normal das autarquias.

Pedro Coelho deu como exemplo casos de funcionários que não podem ser substituídos ou obras, mesmo de pequeno montante que, por lei, a câmara não pode fazer. Deu como exemplo um pedido de uma escola do terceiro ciclo que pediu apoio para obras de "500 ou 60 euros" que, se fossem feitas, poderiam levar a que o presidente da câmara cometesse uma ilegalidade. "É fácil errar quando se é presidente da câmara", sublinha.

Teófilo Cunha (Santana) garante que na sua autarquia as contas estão a melhorar e, neste momento, a dívida está abaixo dos 150% das receitas médias.

Em Santana, o primeiro objectivo foi cortar nas despesas exageradas. Telefones, automóveis e outras mordomias, sofreram grandes cortes.

Assistiram à conferência, que marcou mais uma colaboração entre a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e a TSF-Madeira, diversos autarcas.

## SECRETÁRIO DIZ QUE AS AUTARQUIAS DEVEM ASSUMIR PARTE DAS DÍVIDAS DAS SOCIEDADES

Muitas das obras das Sociedades de Desenvolvimento foram feitas a pedido das câmaras e, por isso, Ventura Garcês entende que as autarquias, que também são sócias das SD, devem assumir a sua parte nas dívidas. Uma afirmação que foi acrescentada ao discurso de encerramento da conferência 'A política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos' e que acabou ser uma surpresa, uma vez que o tema nem tinha sido abordado. Mas ficou o recado. No resto do discurso, balanço ao que tem sido feito para recuperar a

economia e recados à oposição.

"Estamos na direcção certa, a caminho do crescimento, do emprego e de mais oportunidades para o nosso povo", garante.

O secretário regional do Plano e Finanças promete continuar no mesmo rumo, mas também sublinha a necessidade de haver um consenso entre os partidos da governação para a reforma do Estado.

No início da sua intervenção, o secretário regional do Plano e Finanças lamentou que, por vezes, se assista a "campanhas demagógicas, sobretudo de políticos que estão geralmente na oposição, com o intuito de obter dividendos políticos" o que, sublinha, retira credibilidade aos políticos.

"Em democracia, os políticos têm que ser respeitados e dar-se ao respeito e não entrarem em campanhas de difamação e ataques pessoais que em nada contribuem para a dignidade dos mesmos".



Garcês acredita que a economia da Região "está na direcção certa".

# Cafôfo denuncia a "ficção" da saúde financeira do Funchal

Estava a discursar na qualidade de presidente da AMRAM, mas acabou por deixar um recado à anterior vereação da câmara a que preside desde o ano passado.

Paulo Cafôfo, na sua intervenção na conferência promovida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela TSF-Madeira garantiu que as contas do Funchal não são tão boas como tinha sido referido pela gestão anterior.

"A propalada boa saúde das finanças municipais não passava de ficção", afirmou Paulo Cafôfo, que falava numa conferência com o título, 'A Política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos', começou por reconhecer que "os partidos e os políticos en-

## PRESIDENTE DA AMRAM DIZ QUE GOVERNO E CÂMARAS MATARAM A ESPERANÇA

frentam uma crise de credibilidade, porque as pessoas se sentem defraudadas", mas não concorda que a solução seja "substituir políticos democraticamente eleitos por tecnocratas de serviço".

O autarca diz que se chegou a um tempo em que os políticos "têm vergonha de dizer que o são" mas rejeita que se "tome a



parte pelo todo". "Os políticos são todos iguais" é uma frase que não aceita.

O voto, lembra, "não pode servir para legitimar o despesismo negligente e a corrupção" e desafia os cidadãos a exercerem os seus direitos de fiscalização.

No caso da Região, considera que devido a práticas pouco transparentes e de ocultação da dívida, o Governo Regional e algumas câmaras trouxeram a Madeira para "um fracasso que destruiu a esperança".

Terminou criticando a legislação que tem constituído um "ataque" aos municípios, exigindo o cumprimento de regras que os governos não respeitam.

FOTO JOANA SOUSA / ASPRESS



A conferência organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela TSE, que contou com a participação de vários autarcas da Madeira, concluiu que os municípios submetem-se a condicionalismos muito mais exigentes do que os governos, apesar de terem dívidas mais reduzidas **P. 18 E 19**